WYNLEGAL

CHECKLIST · VERSÃO DE NOVEMBRO DE 2026

Condições gerais de venda para o mercado alemão

para fornecedores estrangeiros

Incorporação, condições conflitantes, Convenção de Viena, foro, entrega, pagamento, reserva de domínio, garantia e limitação de responsabilidade: quais cláusulas resistem nos tribunais alemães e quais disposições comuns no comércio internacional são inválidas.

WYN LEGAL

Escritório de advocacia e consultoria tributária

Frankfurt am Main +49 69 24751999 0 · Hannover +49 511 5709260 0 · Siegen +49 271 3388940 0

mail@wynlegal.com

Sumário

Visão geral 3
Incorporação eficaz 3
Condições gerais conflitantes 3
Lei aplicável e Convenção de Viena 4
Foro e cláusula arbitral 4
Entrega, preços e pagamento 5
Reserva de domínio 5
Garantia por vícios 6
Limitação de responsabilidade 6
Outras cláusulas 7
Checklist e erros comuns 8
Como a WYN LEGAL pode ajudar 9

AVISO

Este checklist oferece uma visão geral da situação jurídica em novembro de 2026. Ele não substitui a orientação jurídica no caso concreto. Leis, jurisprudência e prática mudam; não assumimos responsabilidade pela exatidão no caso concreto.

Visão geral

Quem fornece a empresas na Alemanha pode, em grande medida, definir suas próprias condições gerais, mas não sem limites. Mesmo entre empresas, os tribunais alemães controlam com rigor as condições gerais de contratação (Allgemeine Geschäftsbedingungen, AGB). Muitas cláusulas comuns no comércio internacional, como exclusões genéricas de responsabilidade, são inválidas pelo direito alemão.

Este checklist é destinado a fornecedores sediados fora da Alemanha, por exemplo no Brasil ou em Portugal, que vendem mercadorias a empresas alemãs (B2B). Ele mostra quais disposições pertencem às condições de venda e entrega, como incorporá-las de forma eficaz e onde estão os limites do controle judicial. Observações sobre vendas a consumidores estão no final.

> **CONTROLE DAS CONDIÇÕES GERAIS TAMBÉM ENTRE EMPRESAS**
>
> Entre empresas, as proibições específicas dos §§ 308 e 309 do Código Civil alemão (BGB) não se aplicam diretamente. Os tribunais, porém, controlam as condições gerais pela cláusula geral do § 307 BGB e se orientam pelas valorações dessas proibições. Uma cláusula inválida não é reduzida ao limite permitido; ela cai inteiramente e passa a valer a lei. Uma cláusula de salvaguarda não muda isso.

Incorporação eficaz

As condições gerais só valem se passarem a integrar o contrato. Pelo direito alemão, entre empresas basta um acordo sobre sua aplicação, inclusive tácito. Para contratos internacionais de compra e venda regidos pela Convenção de Viena (CISG), o Tribunal Federal de Justiça é mais rigoroso: quem as utiliza deve enviar o texto à outra parte ou disponibilizá-lo de outra forma; a mera referência não basta (BGH, decisão de 31.10.2001 – VIII ZR 60/01).

- ☐ Anexar as condições à proposta ou à confirmação do pedido, e não apenas à fatura
- ☐ Fazer referência expressa às condições gerais na proposta
- ☐ Disponibilizar as condições no idioma do contrato ou em um idioma que o cliente compreenda; na dúvida, em alemão e inglês
- ☐ Em relações comerciais contínuas, acordar a aplicação a todos os negócios futuros (contrato-quadro)
- ☐ Documentar acordos individuais divergentes; eles sempre prevalecem sobre as condições gerais (§ 305b BGB)

Condições gerais conflitantes

Na prática, ambas as partes costumam remeter às próprias condições: o fornecedor na confirmação do pedido, o comprador no pedido de compra. Pelo direito alemão, nenhuma das versões vale na medida em que as cláusulas se contradizem. Valem apenas as disposições coincidentes; no restante, aplica-se a lei. O Tribunal Federal de Justiça aplica esse princípio também a contratos regidos pela CISG.

- Uma cláusula de defesa nas suas condições impede que as condições do cliente passem a valer tacitamente.

- Cláusulas especialmente importantes para você, como limitação de responsabilidade ou foro, devem ser acordadas individualmente, por exemplo em um contrato-quadro ou em uma confirmação de pedido assinada pelo cliente.
- A reserva de domínio simples em regra produz efeitos mesmo que as condições do comprador a excluam; a reserva de domínio prolongada, não.

Lei aplicável e Convenção de Viena

Se vendedor e comprador estiverem sediados em Estados contratantes da Convenção de Viena (CISG), ela se aplica automaticamente. Isso inclui, entre outros, Alemanha, Brasil, Portugal e Hungria. Importante: a escolha do "direito alemão" abrange a CISG, pois ela faz parte do direito alemão. Quem não a quiser deve excluí-la expressamente.

Ponto	Convenção de Viena (CISG)	Direito alemão de compra e venda (BGB/HGB)
Denúncia de defeitos	Em prazo razoável, no máximo dois anos após a entrega (art. 39 CISG)	Entre comerciantes, imediatamente após a entrega (§ 377 do Código Comercial, HGB); caso contrário, a mercadoria é considerada aceita
Indenização	Independente de culpa; exoneração apenas por impedimentos fora do controle da parte (art. 79 CISG)	Em regra, apenas em caso de culpa (§ 280 BGB)
Resolução do contrato	Apenas em caso de violação essencial (arts. 25, 49 CISG)	Em regra, após o decurso de prazo adicional sem cumprimento (§ 323 BGB)
Prescrição	Não regulada pela CISG; aplica-se o direito nacional complementar	Pretensões por vícios, em regra, dois anos a partir da entrega (§ 438 BGB)

> **REDAÇÃO**
>
> Se apenas o direito alemão deve valer, recomenda-se uma cláusula como: "Aplica-se o direito da República Federal da Alemanha, com exclusão da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG)." Se a exclusão é vantajosa depende do seu papel: como vendedor, você costuma se beneficiar do rigoroso dever de exame e denúncia do § 377 HGB e da responsabilidade baseada em culpa do BGB.

Foro e cláusula arbitral

Entre comerciantes, acordos de eleição de foro são permitidos (§ 38 do Código de Processo Civil alemão, ZPO); entre partes em diferentes Estados da UE, sua validade rege-se pelo art. 25 do Regulamento Bruxelas I-A. Escolha o foro conforme o lugar onde precisará executar em caso de litígio.

- Uma sentença alemã é executável em todos os Estados da UE sem procedimento adicional.

- Fora da UE, por exemplo no Brasil, uma sentença alemã precisa ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça. Sentenças arbitrais costumam ser executadas com mais facilidade com base na Convenção de Nova York.
- A cláusula arbitral deve indicar a instituição arbitral, a sede, o idioma e o número de árbitros.
- Para ações contra seus clientes alemães, um foro na Alemanha costuma ser o mais prático, pois é lá que está o patrimônio deles.

Entrega, preços e pagamento

Entrega

- ☐ Cláusula de entrega conforme os Incoterms® 2020 com o local exato, por exemplo "FCA Hamburg Incoterms® 2020"; ela regula a transferência de custos e riscos
- ☐ Indicar se os prazos de entrega são vinculantes ou não; a exclusão genérica de todos os direitos em caso de atraso é inválida
- ☐ Permitir entregas parciais quando razoáveis para o cliente
- ☐ Cláusula de força maior com exemplos, dever de informação e direito de resolução em caso de duração prolongada
- ☐ Regular os deveres de cooperação e recebimento do cliente e as consequências da mora no recebimento

Preços e pagamento

Cláusula	O que é permitido
Reajuste de preços	Apenas de forma transparente e vinculada a fatores de custo verificáveis; aumentos unilaterais a livre critério são inválidos
Prazo de pagamento	Livremente acordável; prazos superiores a 60 dias só valem se expressamente acordados e não forem manifestamente desfavoráveis ao credor (§ 271a BGB)
Mora	Juros de mora de 9 pontos percentuais acima da taxa básica e a taxa fixa de € 40 (§ 288 BGB) valem por lei; a exclusão em prejuízo do credor é inválida
Compensação e retenção	Podem ser restringidas, mas devem continuar possíveis para contracréditos incontroversos ou reconhecidos por decisão transitada em julgado
Desconto e pagamento antecipado	Permitidos; indicar condições e prazos com clareza

Reserva de domínio

A reserva de domínio é a garantia mais importante do fornecedor. Ela se rege pela lei do lugar onde a mercadoria se encontra. Para mercadorias na Alemanha aplica-se, portanto, o direito real alemão, ainda que o contrato de compra e venda esteja sujeito a outra lei.

Modalidade	Efeito
Reserva de domínio simples	Você continua proprietário até o pagamento integral do preço

Modalidade	Efeito
Reserva de domínio prolongada	O comprador pode revender ou transformar a mercadoria e, em contrapartida, cede antecipadamente a você seus créditos contra os próprios clientes ou a propriedade sobre o novo bem
Reserva de domínio ampliada	A propriedade só é transferida quando todos os créditos da relação comercial forem pagos

EVITE GARANTIA EXCESSIVA

As reservas de domínio prolongada e ampliada exigem uma cláusula de liberação: se o valor das garantias exceder seus créditos em mais de 10 %, você deve liberar garantias mediante solicitação. Se a cláusula faltar ou for restritiva demais, há risco de invalidade, sobretudo na insolvência do cliente.

Garantia por vícios

- ☐ Reforçar o dever de exame e denúncia do comprador conforme o § 377 HGB e regular forma e prazo da denúncia, sem encurtar o prazo de modo desproporcional
- ☐ Reduzir para um ano a prescrição das pretensões por vícios em mercadorias novas; não em caso de dolo, fraude, garantia ou danos pessoais
- ☐ Reservar ao vendedor a escolha entre reparo e substituição
- ☐ Limitar o reembolso de custos de desmontagem e instalação apenas de forma moderada; a exclusão total é arriscada
- ☐ Para mercadorias revendidas ao final a consumidores: o direito de regresso do seu cliente na cadeia de fornecimento (§§ 445a, 478 BGB) só pode ser restringido mediante compensação equivalente

PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO

Para bens que, conforme seu uso habitual, são incorporados a uma edificação, aplica-se um prazo de prescrição de cinco anos (§ 438, inciso 1, nº 2, BGB). Encurtá-lo em condições gerais só é possível de forma muito limitada.

Limitação de responsabilidade

Cláusulas de responsabilidade inspiradas em contratos anglo-americanos, como a exclusão genérica de danos indiretos ou um teto de responsabilidade para todos os casos, são regularmente inválidas em condições gerais alemãs. É permitida uma limitação escalonada:

Hipótese	Responsabilidade nas condições gerais
Dolo e culpa grave da administração e de empregados em cargos de direção	Não pode ser excluída nem limitada
Lesão à vida, ao corpo ou à saúde	Não pode ser excluída nem limitada
Pretensões com base na lei de responsabilidade pelo produto e em garantias	Não pode ser excluída (§ 14 ProdHaftG)
Culpa leve na violação de obrigações contratuais essenciais	Pode ser limitada ao dano típico e previsível
Culpa leve na violação de outras obrigações	Pode ser excluída

Além disso, é possível fixar valores máximos para danos previsíveis, desde que reflitam o risco típico de dano. Se o valor for baixo demais, toda a cláusula pode ser invalidada.

Outras cláusulas

- Confidencialidade e proteção de know-how, desenhos e amostras
- Marcas e propriedade intelectual: responsabilidade na fabricação conforme especificações do cliente
- Obrigações do produtor: quem se registra na Alemanha como fabricante pelo direito de embalagens, equipamentos elétricos e baterias e quem arca com os custos de descarte
- Controle de exportações e sanções: ressalva para restrições de exportação e dever do cliente de respeitar proibições de reexportação
- Proteção de dados no tratamento de dados de clientes
- Cláusulas de forma escrita ou de forma textual: não impedem acordos individuais verbais, mas trazem clareza

> **VENDAS A CONSUMIDORES**
>
> Perante consumidores, as proibições dos §§ 308, 309 BGB aplicam-se diretamente, e muitas regras são imperativas: a garantia para mercadorias novas é de dois anos e não pode ser reduzida; limitações de responsabilidade, cláusulas de foro e a escolha de lei estrangeira são em grande parte inválidas. Para lojas virtuais somam-se o direito de arrependimento e os deveres de informação. Use condições gerais separadas para consumidores.

Checklist e erros comuns

Suas condições de venda e entrega para clientes empresariais alemães devem abranger os seguintes pontos:

- ☐ Âmbito de aplicação (apenas empresas) e cláusula de defesa
- ☐ Incorporação: enviar as condições com a proposta ou a confirmação do pedido
- ☐ Formação do contrato, propostas e confirmação do pedido
- ☐ Lei aplicável com decisão expressa sobre a CISG
- ☐ Foro ou cláusula arbitral tendo em vista a execução
- ☐ Cláusula de entrega conforme os Incoterms® 2020, prazos de entrega, força maior
- ☐ Preços, reajuste, prazo de pagamento, compensação
- ☐ Reserva de domínio com cláusula de liberação
- ☐ Denúncia de defeitos, prescrição e reparo
- ☐ Limitação escalonada de responsabilidade
- ☐ Confidencialidade, propriedade intelectual, obrigações do produtor e de exportação
- ☐ Versões linguísticas e qual versão prevalece em caso de divergência

Erros comuns na prática

- As condições só são mencionadas na fatura ou como link na assinatura do e-mail e, por isso, não integram o contrato.
- Escolhe-se o direito alemão sem excluir a CISG, embora as condições tenham sido redigidas com base no BGB.
- Cláusulas de responsabilidade são copiadas de modelos ingleses ou americanos e se tornam inválidas por inteiro.
- A reserva de domínio prolongada não tem cláusula de liberação.
- Acorda-se um foro no país de origem, embora a sentença tenha de ser executada depois na Alemanha.
- A tradução diverge do original e não está definido qual versão prevalece.

Como a WYN LEGAL pode ajudar

A WYN LEGAL elabora e revisa condições de venda e entrega para empresas estrangeiras que fornecem à Alemanha, nos aspectos jurídicos e tributários e em alemão, inglês, português e húngaro. Isso inclui a adaptação de condições existentes ao direito alemão, versões multilíngues, contratos-quadro e de distribuição e a cobrança de créditos contra clientes alemães.

Frankfurt am Main
+49 69 24751999 0
mail@wynlegal.com

Hannover
+49 511 5709260 0

Siegen
+49 271 3388940 0

Este checklist oferece uma visão geral da situação jurídica em novembro de 2026. Ele não substitui a orientação jurídica no caso concreto. Leis, jurisprudência e prática mudam; não assumimos responsabilidade pela exatidão no caso concreto.

Responsável WYN LEGAL é o nome comercial do advogado (Rechtsanwalt) Martin Kanopka, Neue Mainzer Str. 84, 60311 Frankfurt am Main, Alemanha. Outros escritórios: Georgstr. 38, 30159 Hannover; Koblenzer Str. 5, 57072 Siegen.

Contato Telefone +49 69 24751999 0 · Fax +49 69 24751999 9 · mail@wynlegal.com · www.wynlegal.com